

Filosofia da práxis e tradutibilidade: notas a partir do pensamento de Gramsci

Anita Helena Schlesener¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma abordagem introdutória sobre a filosofia da práxis que se define na unidade teoria e prática, expressa no conceito de tradutibilidade. Trata-se de um conceito inovador elaborado nos Cadernos do Cárcere que, na relação entre filosofia e política como elemento da hegemonia tem um caráter revolucionário, porque renova o marxismo na senda da atualidade.

Palavras-chave: Filosofia da práxis, tradutibilidade, ideologia, linguagem.

Abstract: The purpose of this article is to present an introductory approach to the philosophy of praxis that is defined in the unity of theory and practice, expressed in the concept of translatability. It is an innovative concept elaborated in Gramsci's Prison Work that, in the relationship between philosophy and politics as an element of hegemony, has a revolutionary character, because it renews Marxism on the path of the present.

Keywords: Philosophy of praxis, translatability, ideology language.

Introdução

A filosofia da práxis “é a consciência plena das contradições” a partir da qual o filósofo “não apenas compreende as contradições, mas colocar-se a si mesmo como elemento da contradição, eleva esse elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação” (GRAMSCI, 1978, p. 1487).

A leitura dos escritos de Antonio Gramsci nos tem motivado tanto a explicitar e aprofundar o conteúdo dos seus escritos quanto em retomar as sendas por ele abertas para entender a nossa realidade. O tema que nos propomos aqui é complexo e abrangente, implicando esclarecer o que se entende por filosofia da práxis a partir dos Cadernos do Cárcere.

Trata-se de acentuar a relação economia, política e cultura na constituição das relações de hegemonia a partir do conceito de tradutibilidade a fim de esclarecer como se constrói a sociabilidade atual e a importância da filosofia da práxis na medida em que se consolida a hegemonia dos dominantes tendo a ideologia como prática de poder.

¹ Graduação em Filosofia, Mestrado em Educação, Doutorado em História. Docente de filosofia política e de estética da UFPR; atualmente docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UTP de Curitiba; Pós-doutorado em Educação na UNICAMP. Professora da Universidade Tuiuti, do Paraná.

Deste modo, iniciamos com breves notas sobre filosofia da praxis e tradutibilidade, concentrando-nos apenas nos Cadernos 7, 8 e 10, visto que este conceito perpassa toda a obra, havendo já trabalhos publicados que apresentam o percurso de construção deste conceito.

Em seguida, salientamos algumas contribuições do pensamento de Gramsci para a compreensão dos desdobramentos políticos da realidade atual e, depois, apresentamos aspectos da tradutibilidade a propósito da realidade contemporânea encaminhando para uma breve conclusão.

Filosofia da praxis e tradutibilidade

Tomamos como ponto de partida os Cadernos 7, 8 e 10, na crítica à filosofia de Benedetto Croce: retomando a *Introdução à Crítica da Economia Política* (& 12, Q. 10), Gramsci retoma o dizer de Marx de que “os homens tomam consciência dos conflitos da estrutura no terreno das ideologias” e que esta “deve ser considerada uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral”. Dessa afirmação decorre o “princípio teórico-prático da hegemonia”, que precisa ser reportado a Lenin, que fez a filosofia florescer efetivamente na medida em que fez avançar a prática política. Em linhas gerais, a filosofia da praxis é uma teoria que se articula com a prática relacionando filosofia e história, economia e política (GRAMSCI, 1978, p. 1249-1250). Deste ponto de vista, é a filosofia dos grupos subalternos, cuja capacidade de interpretar uma estrutura em movimento é a garantia de uma ação efetiva e transformadora.

A partir desta articulação teoria e prática, forma e conteúdo, filosofia, política e economia, define-se também a questão da tradutibilidade recíproca das linguagens, que não se reduzem à estrutura linguística e filológica, mas assumem um significado amplo tanto no traçado da origem histórica das sociedades quanto no movimento histórico no qual se produzem e se superam as contradições.

Assim, no primeiro parágrafo do Caderno 7, ainda na senda da crítica ao pensamento de Croce, Gramsci destaca a diferença da tradutibilidade entre a filosofia tradicional e o materialismo histórico, observando que o “princípio da tradutibilidade recíproca é um elemento ‘crítico’ inerente ao materialismo histórico, na medida em que se supõe e presume que uma dada fase da civilização tem uma expressão cultural e filosófica” que se pode considerar “fundamentalmente idêntica”, mesmo que a expressão tenha uma linguagem diferente da tradição particular de cada ‘nação’ ou de cada sistema filosófico” (GRAMSCI, 1978, p. 851). No Caderno 10, parágrafo 2, Gramsci salienta a identidade entre história e política, no sentido que a atividade intelectual sobre o passado se faz de uma perspectiva contemporânea, de modo que a interpretação do passado traz a marca do presente (GRAMSCI, 1978, Q. 10, p. 1242); e que uma “filosofia é ‘histórica’ na medida em que se difunde e se torna concepção da realidade de uma

massa social” (GRAMSCI, 1978, p. 1272). Neste movimento, também os conceitos se alteram visto que a linguagem é sempre metafórica, como Gramsci esclarece no Caderno 11, na crítica a Bukharin:

Se talvez não se possa dizer exatamente que todo discurso é metafórico em relação à coisa ou objeto material e sensível indicados (ou a objeto abstrato) para não estender demais o conceito de metáfora, pode-se, porém, dizer que a linguagem atual é metafórica em relação aos significados e ao conteúdo ideológico que as palavras tiveram nos períodos precedentes da civilização (GRAMSCI, 1978, p. 1427).

A tradução se realiza não apenas entre termos linguísticos, mas entre teoria e prática, o que garante a atualidade da teoria. É necessário considerar a historicidade das linguagens, que é a mesma das ideologias. Precisamente “por não se ter um conceito crítico e historicista do fenômeno linguístico é que derivam muitos erros, seja no campo da ciência que no campo prático” (Idem, p. 1427). Considerando-se o movimento histórico e sendo a linguagem política e metafórica, isso se estende também aos conceitos, de modo que a precisão dos conceitos não está em tomá-los no seu significado original cristalizado, mas compreendê-los no processo histórico e apreendê-los no seu significado presente, para um diálogo entre os que se movem pelos mesmos interesses de resistência e de luta por um novo projeto de sociedade. Desta perspectiva, o princípio de tradutibilidade recíproca atribuído à filosofia da praxis a torna a teoria por excelência para a compreensão do movimento histórico.

A tradutibilidade, portanto, se concretiza de forma complexa, visto que nem sempre a consciência teórica coincide com a atividade prática. Um trabalhador pode conviver com “duas consciências teóricas, uma implícita na sua ação e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática do mundo, e uma ‘explícita’, superficial, herdada do passado”, pode-se dizer, do horizonte ideológico dominante. Esta posição teórico-prática “não pode deixar de se tornar ‘política’, ou seja, questão de ‘hegemonia’. A consciência de ser parte da força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência”, que se traduz na unidade entre teoria e prática (GRAMSCI, 1978, p. 1041-2).

Desta perspectiva, a linguagem também muda na medida da progressiva autoconsciência: no Caderno 10, & 54, ao responder à pergunta – o que é o homem? – Gramsci acentua que não se refere ao indivíduo singular nem ao homem em geral, mas ao homem em processo de criação de si mesmo.

Ao pensarmos, vemos que pondo a questão ‘o que é o homem?’ queremos dizer: o que o homem pode tornar-se, ou seja, se o homem pode dominar o próprio destino, pode ‘fazer-se’, criar-se uma vida. Digamos, portanto, que o homem é um processo e precisamente o processo de seus atos (GRAMSCI, 1978, p. 1343-4).

É neste processo que se forma e se modifica a consciência de si e do mundo. A própria individualidade se produz a partir do conjunto de relações sociais e se modifica na medida em que se modificam estas relações. Se diz que o que cada indivíduo pode transformar é bem pouco, considerando suas próprias forças. Mas um indivíduo singular “pode associar-se a todos aqueles que querem as mesmas mudanças” e, desta forma, o singular “pode multiplicar-se por um número imponente de vezes e obter uma transformação bem mais radical daquela que à primeira vista parecia possível” (GRAMSCI, 1978, p. 1346).

Deste ponto de vista, a linguagem “não pressupõe uma coisa ‘única’ nem no tempo nem no espaço. Linguagem significa também cultura e filosofia”, ou seja, o “fato ‘linguagem’ é, na realidade, uma multiplicidade de fatos mais ou menos coerentes e coordenados organicamente” (Idem, p. 1346). O tema da tradução reaparece em vários Cadernos (1, 3, 4, 7, 8, 10, 11 e 29) e podemos sintetizar com a questão das ideologias abordada no & 41 XII, do Caderno 10, a propósito da interpretação croceana da filosofia da praxis, sempre criticada por Gramsci:

Para a filosofia da praxis as ideologias são tudo menos arbitrárias; são fatos históricos reais que devemos combater e desvelar na sua natureza de instrumentos de dominação e não por razões de moralidade, etc., mas sim por razões de luta política; para tornar intelectualmente independentes os governados dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar outra, como momento necessário de subversão da praxis (GRAMSCI, 1978, p. 1319).

Traduzir, portanto, supera em muito os limites restritos da linguística ou da filologia: significa mostrar a articulação intrínseca entre teoria e prática acentuando a centralidade da política e tomando interpretação como tradutibilidade para a realidade histórico-política presente, visto que toda história é sempre história contemporânea. No fundo, traduzir significa concretizar o que Marx diz na Teses sobre Feuerbach: que os “filósofos explicaram o mundo e se trata, agora, de transformá-lo”, ou seja, a “filosofia deve tornar-se ‘política’, ‘prática’, para continuar a ser filosofia” (GRAMSCI, 1978, Q 8, p. 1066). Desta perspectiva é que entendemos a grande contribuição do pensamento de Gramsci e na qual encaminhamos a presente leitura.

Aspectos da tradutibilidade a propósito da realidade contemporânea

Embora os escritos de Gramsci sejam contextualizados e resultantes de polêmicas inseridas na realidade italiana do início do século XX, o cenário político por ele analisado não se distancia da realidade presente, salvo as novas características da crise do capitalismo, apresentada à sociedade em geral como crise do Estado que, conforme os defensores dessa política, deveria ter suas funções diminuídas a fim de resolver os problemas da economia. A

pretexto de controlar a inflação e redimensionar a aplicação dos recursos públicos, instaurou-se uma política de contenção dos investimentos voltados à regulamentação dos direitos sociais que, ao lado do nível crescente de desemprego e aumento da especulação financeira, gerou um aprofundamento das desigualdades sociais e um aumento exacerbado da exclusão social. A longo prazo, estas medidas mostraram o verdadeiro caráter da nova fase do capitalismo que se implementava, com privatizações, ajustes fiscais acompanhados da dependência dos fundos (FMI, BM), desregulamentação dos fluxos financeiros (um capital que gira sem controle do Estado e que, desta forma, também pode fugir do fisco), com danos graves ao processo produtivo.

Cabe lembrar que as intenções de dominação do império norte-americano sobre a América Latina vêm de um passado distante e tiveram no ideário neoliberal o melhor instrumento de ampliação de sua ascendência sobre nossa economia e nossa política. Com o suporte do racionalismo neoliberal justifica-se a crise internacional que atravessa o capitalismo globalizado, cuja aparência é econômica, mas que, na realidade, assume dimensões inéditas na forma de crise política e moral com a dissolução dos laços sociais. No Brasil, a ascensão do neoconservadorismo nos leva a reconhecer a fragilidade histórica destes laços, na debilidade e desagregação dos sindicatos e partidos de esquerda, na dificuldade de organização política ante o agravamento da miséria em níveis desumanos enquanto a riqueza se concentra nas mãos de poucos; estes são alguns dos motivos para ler Gramsci no século XXI.

A crise orgânica da qual falamos já tem embutido o conceito de Gramsci, com o reconhecimento que o movimento do real se expressa como crise econômica que esconde um acentuado processo de concentração de renda e demonstra a barbárie de um sistema que despreza a vida dos homens e da natureza em nome da acumulação de capital; a crise política manifesta-se como crise de credibilidade nos representantes políticos cujo cinismo não se preocupa em esconder as barganhas em nome de interesses econômicos fato que, na realidade cotidiana, se desdobra em descrença nas próprias instituições trazendo à luz a fragilidade da democracia representativa; a crise moral permeia todo este conjunto desvelando contradições históricas e modos de vida impensáveis em tempos anteriores: o capital circula livremente por paraísos fiscais enquanto populações inteiras migram em busca de trabalho e de liberdade.

Ora, Gramsci foi um dos primeiros intelectuais, no início do século XX, a salientar a necessidade de rever as estratégias de luta por mudanças estruturais principalmente por entender que a política hegemônica tomava dimensões internacionais e se fortalecia com novos componentes ideológicos a partir da reconfiguração da sociedade civil e de novos mecanismos de formação da opinião pública. A partir da experiência adquirida em dez anos de militância política junto ao movimento operário de Turim, Gramsci procura entender, nos Cadernos do Cárcere, os motivos do fracasso do movimento, analisando os vários aspectos da conjuntura

italiana e reinterpretando a história na tentativa de refletir sobre os caminhos possíveis para uma nova sociabilidade.

Desta perspectiva, a importância e a necessidade de ler Gramsci nos dias de hoje implica em entender que seu pensamento nos possibilita compreender o movimento do real em suas contradições e, desta forma, buscar os caminhos para superá-las. Para tanto, precisamos ler Gramsci sem traí-lo, ou seja, sem retirar da interpretação o conteúdo, que se alicerça na luta de classes e na perspectiva de transformação substantiva do ordenamento do capital. Gramsci não foi um liberal nem um stalinista, muito menos um culturalista pós-moderno: foi um militante político revolucionário que se alimentou da experiência dos Conselhos e do Jornal *L'Ordine Nuovo*, que ecoam nas linhas do Cadernos, afirmando a sua autonomia de pensamento, sem posições dogmáticas, sempre voltado a aprofundar suas posições políticas.

Nenhum dogmatismo, nenhum imperativo categórico, apenas a humildade e a coragem de um verdadeiro intelectual rigoroso e crítico. Então, como ler? Muito se tem tratado, em Eventos nacionais e internacionais sobre Gramsci, que na América Latina se faz uma apropriação política de seu pensamento e que este seria um “uso” instrumental, não crítico do autor sardo, que precisamos respeitar o rigor dos conceitos, inclusive na datação dos escritos. Entendemos que toda leitura, queiram ou não os leitores, é uma apropriação, como já dissemos a respeito da primeira edição dos Cadernos organizada por Togliatti e que criticamos na nova Edição Nacional, na medida em que a decifração filológica também não é neutra e revela uma posição política, mesmo que não se queira admitir como tal.

As dificuldades postas pelo caráter inacabado dos cadernos, a composição de fragmentos dispersos, a tentativa do próprio autor de agrupá-los em cadernos especiais e a sua própria recomendação de cuidado com a provisoriade das reflexões em função da precariedade das referências bibliográficas, tudo contribui para dificultar a leitura e a interpretação de seu pensamento.

Entendemos que, se quisermos ser fiéis ao político sardo, temos que partir da relação entre teoria e prática, expressa no conceito de filosofia da práxis, bem como no fato que a experiência à qual nos remete a filosofia da práxis nos escritos de Gramsci é o primado da política e não da filologia, que se apresenta como um instrumental metodológico para a compreensão da política. Deste ponto de vista, trata-se de uma obra que só tem sentido se for “usada” politicamente, debatida e confrontada com o movimento do real. Neste sentido vejamos algumas contribuições do pensamento de Gramsci.

Notas sobre as contribuições do pensamento de Gramsci

Uma de suas contribuições para análises das situações se encontra na articulação entre economia, política e história, que lhe permitiram fazer a crítica radical ao liberalismo e à

democracia parlamentar mostrando seus limites e fragilidades e explicitar os modos como as relações de poder se constroem na sociedade capitalista para que a dominação econômica se sustente e se consolide pelo modo como a ideologia se institui como prática de poder. Neste contexto, todas as relações sociais assumem uma dimensão política e a resistência e a luta das classes trabalhadoras exige a formação de um novo modo de pensar condizente com a luta por uma nova ordem social e política. Para tanto, a política precisa ser entendida na sua articulação com a economia e a cultura, o que exige um empenho sistemático no sentido da educação das classes trabalhadoras. A cultura não é abordada num sentido abstrato e neutro, mas como parte de um processo de conhecimento que se traduz em modo de vida e atuação prática: pensar bem para agir bem.

Uma das forças do pensamento liberal na sua assimilação pelo senso comum está na abordagem abstrata dos conceitos, ou seja, na sua significação parcial na medida em que se ocultam os conflitos e a desigualdade social gerada pela divisão social do trabalho. O ideário liberal sedimenta-se na forma sem conteúdo ou no discurso sem base na realidade e, desse modo, elabora o modo de pensar que se traduz em modo de vida. A noção de direito na sociedade capitalista, por exemplo, tem como pressuposto uma igualdade irreal a partir da premissa de que “todos os cidadãos devam aceitar livremente o conformismo apontado pelo direito, enquanto todos possam tornar-se elementos da classe dirigente” (GRAMSCI, Q. 6, p. 773), o que não ocorre em função da própria estrutura da sociedade sedimentada na divisão e na exploração do trabalho. Esta abordagem abstrata de conceitos tomou uma nova dimensão com o neoliberalismo, na forma de apresentação da desigualdade como decorrência de diferenças naturais dos indivíduos, que competem entre si e conseguem ascender conforme suas capacidades individuais. Oculta-se a luta de classes ao se dizer que o trabalhador é um colaborador da empresa; dilui-se a luta de classes quando se afirma que um grupo desempenha um protagonismo ou ainda quando se fala do empoderamento individual, etc.

Estas novas situações são respaldadas por reformas legislativas e na instituição dos direitos. Gramsci acentua que na sociedade de classes o direito não exprime toda a sociedade, mas traduz os interesses da “classe dirigente, que ‘impõe’ a toda a sociedade aquelas normas de conduta que são mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento” (GRAMSCI, 1978, p. 73). Tal se concretiza na medida em que a ideia de igualdade se firma no imaginário social a partir da imagem de um sujeito individual cujos interesses privados nada tem em relação com o social.

O mesmo acontece com o conceito de liberdade: na modernidade a organização de base jurídica tem como objetivo garantir direitos subjetivos cuja expressão se encontra no exercício da liberdade. Gramsci acentua que não existe uma natureza humana constitutiva da liberdade, visto que somos historicamente condicionados e nos fazemos no processo de socialização no

qual conquistamos a liberdade (GRAMSCI, 1978); a função específica do direito de garantir a liberdade individual restrita ao agir autônomo na esfera privada e a partir do ocultamento das desigualdades sociais, gera a ilusão de igualdade e de participação equitativa na estrutura da sociedade, criando expectativas sociais que nunca se concretizarão.

Já em 1916, no artigo *A tua Herança*, Gramsci acentua o artil na própria proposição da ideia de liberdade: para ser livre, na sociedade capitalista, é preciso ser proprietário, mas a riqueza não pode aparecer como o objetivo principal; “a riqueza não é um fim; se se torna um fim, chama-se avidez (avareza)”, ou seja, moralmente condenável. A riqueza precisa apresentar-se como “meio para um fim: a liberdade” (GRAMSCI, 1975, p. 215). Este conjunto de premissas leva os homens comuns a acreditarem que, por suas qualidades individuais, podem ter acesso à riqueza pelo trabalho, ou seja, sonham em ascender socialmente acumulando riqueza, sem saber que, para enriquecer nesta sociedade se faz necessário possuir a propriedade dos meios de produção. A liberdade, na sociedade capitalista, é um privilégio.

O pensamento liberal, ao separar economia de política e tratar a cultura como algo neutro e geral, se aproveita do efeito mistificador que sofrem os conceitos no processo de mutação dos seus significados e os naturaliza submetendo-os às ideias cristalizadas de “bem em si” e de “mal em si”. Neste caso, o ideário liberal se mistura com tradições arcaicas transmitidas de geração em geração e que formam o cotidiano familiar e religioso. Perde-se a dimensão histórica da vida e das relações em geral, reduzindo ao individual subjetivo “natural” questões sociais como, por exemplo, a violência, a exclusão e todos os reveses que possam acontecer. O senso comum entende a realidade a partir de oposições dualistas estáticas, apega-se ao instituído e às mínimas garantias que este oferece, atribuindo as contradições, que são sociais, a um “mal” abstrato e não identificável materialmente.

A crítica gramsciana a esta estrutura econômica, social e política permeia todos os escritos desde 1916 até os *Cadernos do Cárcere*, mostrando como o ideário liberal oculta e mistifica a função do Estado enquanto poder de classe, exercendo enorme influência na formação do senso comum. Esta forma de mostrar como a ideologia funciona em benefício do poder instituído na abstração e naturalização dos conceitos é de grande atualidade podendo ser retomada para a crítica da dimensão ideológica no contexto da mundialização do capital.

Outra questão importante se vincula à natureza do Estado moderno e que perpassa os *Cadernos do Cárcere*: “o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (Q. 10, p. 1254); a “noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)” (Q. 6, p. 763-764). Ou ainda no Caderno 6: “por Estado deve entender-se, além do aparato de governo, também o aparato ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (Idem, p. 801). Ou ainda: na polêmica “sobre as funções do Estado (como organização político-jurídica em sentido estrito) a expressão ‘Estado – veilleur

de nuit' ... significaria um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e do respeito às leis". No regime liberal, a "direção do desenvolvimento histórico pertence às forças privadas, à sociedade civil que é, também ela, 'Estado', ou melhor, é o próprio Estado" (Q. 26, p. 2302).

A separação entre sociedade política (denominada Estado no sentido governativo) e sociedade civil é, portanto, um equívoco teórico ou uma mistificação ideológica para estabelecer um processo neutro de gestão pública. Gramsci acentua que "na realidade dos fatos, sociedade civil e Estado se identificam", de modo que toda política econômica, quer se assuma claramente ou não, é regulamentada, "de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa, coercitiva" (Q. 13, p. 1590). Desta perspectiva, considero equivocado falar em Estado ampliado, como se a sociedade civil fosse apenas um adendo à sociedade política; na verdade ambas as instâncias (sociedade política e sociedade civil) se articulam e se integram, de modo que o termo correto deveria ser Estado integral.

Portanto, uma leitura equivocada de Gramsci é aquela que estende a sociedade política separada da sociedade civil atribuindo a esta a função da construção do consenso. Esta oposição de raiz liberal é anti-gramsciana (DIAS, 2014), assim como a formação do consenso sem levar em consideração as desigualdades sociais. Trata-se aqui de salientar como algumas leituras de Gramsci não levam em consideração processo de mutação dos conceitos, algo que acontece com frequência com o conceito de hegemonia ou de Estado. Como acentua Dias (2014, p. 21), a "linguagem política, solo no qual se expressam possibilidades históricas, requer / permite/ interdita", conforme as relações de forças entre as classes em confronto e os conceitos apresentam uma eficácia ideológica na materialização das relações políticas. As "formas discursivas atuam na eliminação da subjetividade e da historicidade dos subalternos, em um processo que denominamos *captura da subjetividade antagonista*" (DIAS, 2014, p. 22).

Daí a importância de se entender que a linguagem não é neutra, mas sim política: enquanto o modo de pensar dominante nos prender no seu horizonte ideológico, não teremos condições de criar o novo, de superar a subalternidade. Este acento nas dimensões da ideologia que perpassa os escritos apresentam uma atualidade espantosa. Também os termos subalterno e subalternidade podem apresentar várias significações: em geral são lidos do ponto de vista de classe, sendo subalternas as classes que aderem ao projeto político dominante, podendo ser as classes trabalhadoras e as classes médias; o assumir uma posição determinista em relação à filosofia da práxis pode revelar o "caráter 'subalterno' de determinados estratos sociais"(Q. 11, p. 1387); a falta de organização e de unidade torna os subalternos politicamente impotentes, incapazes de darem uma expressão unificada às suas aspirações e necessidades (Q. 25); o que caracteriza a subalternidade é a fragmentação, a falta de uma compreensão de totalidade, que se conquista com autonomia intelectual e política no processo de luta de classes; mas o termo também pode se referir a sujeitos individuais: subalterno é, por exemplo, o sujeito que não tem uma consciência crítica e não consegue perceber as contradições vividas no seu cotidiano, refletindo dentro do horizonte ideológico dominante. São subalternos os marginalizados da história, os permanentemente excluídos. Pode-se pensar ainda a subalternidade entre Estados, no caso

da hegemonia norte-americana e as tentativas de domínio na América Latina. Ou seja, são conceitos que, se reinterpretados, permitem entender novos processos que se desenvolvem em novos contextos, desde que não sejam desvinculados da luta de classes, hegemonia e outros conceitos básicos do pensamento gramsciano. A instrumentalização se encontra principalmente na despolitização do pensamento gramsciano com o objetivo de inserir sujeitos históricos marginalizados no projeto social burguês, sem nenhuma proposição substantiva de transformação do ordenamento do capital.

Os conceitos “subalterno” e “subalternidade” podem ser fundamentais para a compreensão e o esclarecimento das estratégias e táticas políticas dos dominantes que se sustentam por meio de práticas de formação intelectual fragmentada (educação, entendida em seu sentido amplo de formação para um determinado modo de vida que, no caso da sociedade capitalista, consiste em garantir as formas de exploração do trabalho e de manutenção da estrutura político-administrativa), bem como de abstração da realidade concreta; estas práticas se apresentam como a forma ideológica de sujeição dos grupos subalternos aos interesses econômicos do capital. São categorias que permitem esclarecer as condições objetivas e subjetivas de constituição da luta de classes neste início do século XXI.

O processo educativo consiste em ativar as políticas públicas educacionais, as quais atuam em harmonia com os demais aparelhos hegemônicos da sociedade civil, como os meios de comunicação de massa e a própria atividade empresarial cuja ação é definida pela política governamental neoliberal em curso. A sociedade política exara as leis e exerce o poder repressivo sobre os que manifestam seu descontentamento. A democracia funciona como uma máscara que esconde os excessos e os arbítrios da polícia contra os que se encontram à margem da ordem instituída, geralmente negros e pobres, que lotam as prisões e os cárceres.

Assim, também a crítica gramsciana ao duplo revisionismo de Marx, alerta para o modo como tanto o idealismo kantiano quanto o determinismo mecanicista desarmam o conjunto das classes trabalhadoras, desarticulam os processos de organização política e criam expectativas mistificadoras. As políticas reformistas são absorvidas pelo sistema dominante e apaziguam as massas. Desde 1917, quando reflete sobre a Revolução Russa, Gramsci critica o caminho gradual e por etapas, práticas que esvaziam e transformam a participação política. Acentua que o processo revolucionário ocorrido na Rússia demonstrou que é possível dar saltos qualitativos importantes na medida em que se forme uma consciência política e se reinterprete a realidade sem apoiar-se em dogmas.

Em vários artigos de 1917-1918 critica políticos socialistas na sua visão reformista de conciliação de classe, atitude que desmobiliza qualquer movimento social, confunde e sufoca sua força para a luta e adia para um futuro incerto as transformações efetivas. Gramsci, nos escritos de militância política, mostra que o caminho para o socialismo é o insurrecional; nos Cadernos demonstra que o caminho pelas vias institucionais é ilusório e desmobilizador sendo o reformismo o instrumento de cooptação dos líderes dos movimentos sociais.

Outro ponto importante é entender as condições de subalternidade e como elas se ampliam com as novas dimensões que assume a ideologia. A subalternidade expressa as várias formas de alienação

sofrida pelos indivíduos, alienação que tem origem nas relações de trabalho e se estende a todo o modo de vida consolidando-se no consenso passivo formado no conjunto das relações sociais. Superar esta condição implica organização política e a formação de intelectuais. O ponto de partida de Gramsci é a constatação de que “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função social no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (Q. 12, p. 1513). Nesse campo, os intelectuais são os organizadores da hegemonia de um grupo social, que se traduz tanto na elaboração da teoria quanto no exercício de funções de dominação e direção política.

É no contexto das relações de hegemonia que se formam os intelectuais e uma hegemonia se mantém basicamente pela ação contínua dos intelectuais que a representam. São os intelectuais que possibilitam que a hegemonia se concretize como unidade, ocultando o movimento contraditório que constitui a sociedade. A partir de condições históricas precisas, as classes subalternas sofrem o processo de cooptação de seus líderes, chamados para defender a estrutura de poder vigente; à medida que são ainda dirigentes de “um grupo subalterno, que não conquistou ainda consciência de sua força e das suas possibilidades e modos de desenvolvimento”, debilitam todo o movimento, que precisa reiniciar seu processo de formação de intelectuais (GRAMSCI, 1978, Q. 13, p. 1589). A permanência de um grupo subalterno no âmbito de uma concepção de mundo econômico-corporativa (como foi o caso do sindicalismo teórico) abre a possibilidade de migração de dirigentes do movimento operário que, em determinado momento de sua vida política, são levados a deixar seu posto crítico e a defender a ordem existente. Esta migração que, em outros fragmentos Gramsci denomina transformismo, demonstra a extrema dificuldade que as classes subalternas enfrentam não somente para formar os seus próprios intelectuais orgânicos como também para manter os seus dirigentes.

Em outras palavras, a matriz da dominação capitalista se encontra no plano teórico, na forma de veicular as ideias, de abstrair os conceitos da materialidade social, de transformar em verdades universais e imutáveis o que, na verdade, é historicamente determinado. Para Gramsci, a linguagem se articula com a política e a ideologia, tendo como pressuposto que a base material que organiza a estrutura social se concretiza e se mantém a partir da formação do modo de pensar da maioria da sociedade, traduzindo-se em modo de vida.

A fragilidade dos vencidos é condicionada pelo fato de que não possuem uma concepção de mundo própria, não ressignificam a linguagem e não conhecem sua própria história. Daí a importância da educação e da cultura como meio de formação de uma consciência crítica e de uma prática transformadora, por meio de projetos sociais definidos que expressem seus interesses e suas práticas de classe. A emancipação das classes subalternas implica conhecerem a sua história e o significado de suas lutas, que foram ocultadas pela história dominante.

Como acentua Semeraro (2019, p. 53), “traduzir Gramsci não se restringe a uma atividade técnica e asséptica, puramente teórica e acadêmica, mas implica situá-lo no terreno das nossas situações históricas e das dramáticas condições dos trabalhadores e dos subalternizados” no contexto do capitalismo globalizado. Trata-se de uma leitura que “exige uma operação criativa e corajosa” de articular a “análise cuidadosa dos seus escritos e do seu contexto histórico-teórico” com o “reconhecimento do território nacional na sua originalidade e unicidade”, sem perder a “perspectiva internacional” (Q. 14, p. 1729). No caso da América Latina e especialmente do Brasil, a leitura precisa situar-se no contexto da luta dos movimentos sociais e populares no sentido de sua resistência e de sua emancipação política.

Breve conclusão

Retornando ao Caderno 7, & 45, Gramsci pergunta: “Quando se pode dizer que uma filosofia tem uma importância histórica?” E responde: “O valor histórico de uma filosofia pode ser ‘calculado’ pela eficácia ‘prática’ que ela conquistou (e prática deve ser entendida em sentido amplo)”. E continua: “se é verdade que toda filosofia é a expressão de uma sociedade, deveria reagir sobre a sociedade e determinar certos efeitos, positivos ou negativos”; a medida desta reação é a medida de sua dimensão histórica” (GRAMSCI, 1978, p. 894). Entendemos que este é o significado de tradução para Gramsci: verter a teoria em prática pela mediação da interpretação e da ação política. Foi isto que realizou Lenin: transformou um legado teórico em fato histórico.

Cabe ainda recordar que este tema tem uma dimensão educativa para Gramsci. A importância do conhecimento para as classes subalternas se apresenta na possibilidade de emancipação política na senda da luta de classes. Nesta trilha, a necessidade de formação de intelectuais, de mostrar e difundir a verdadeira cultura popular, de valorizar e incentivar os movimentos espontâneos de massa, dos quais podem se originar os novos intelectuais, tudo isso advindo da unidade teoria e prática, ponto de excelência da filosofia da praxis. Este é o sentido que atribuímos ao termo “tradutibilidade”.

Referências

- BOOTHMAN, Derek. *Traducibilità e processi traduttivi – Um caso: A.Gramsci linguista*. Perugia: Guerra Edizioni, 2004.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Notas sobre a Hegemonia. In: SCHLESENER, A. H. *Filosofia, política e educação: leituras de Antonio Gramsci*. Curitiba: Ed. UTP, 2014, pp. 19-34.
- FROSINI, Fabio. Sulla “traducibilità” nei Quaderni di Gramsci. *Critica Marxista*. N. S., 2003, pp. 29-38. Academia.Edu – consultado em 12/05/2022. https://www.academia.edu/440521/F_Frosini_Sulla_traducibilit%C3%A0_nei_Quaderni_di_Gramsci_Critica_marxista_N_S_2003_6_pp_29_38?from=cover_page
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Scritti Giovanili*. Torino: Einaudi, 1975.

LACORTE, Rocco. *Sobre alguns aspectos da “tradutibilidade” nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci e algumas das suas implicações*. Revista Educação e filosofia, v. 28, n. 55, 2014, pp. 59-98.

SEMERARO, Giovanni. *A praxis integral de Gramsci frente ao atual processo de desintegração*. Revista O Social em Questão. V. 45, 2019, pp. 349-365.

Recebido em 15-01-2022

Aprovado em 19-04-2022